Briefing para OCS

Greenpeace na 31ª Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

COP31: última chamada para não ultrapassar o limite de 1,5°C

O que espera a Greenpeace da COP31?

A 31.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP31), que se realizará de 9 a 20 de novembro de 2026 em Antália, na Turquia, **acontece num momento em que a ação climática é mais urgente do que nunca.** Os acontecimentos de 2026 voltaram a reforçar a necessidade urgente de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e estabilizar um clima que está a mudar rapidamente. O Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) acaba de publicar um relatório segundo o qual o mundo está a caminho de ultrapassar o limite de 1,5 °C, identificado como o limiar necessário para manter a estabilidade climática. Por isso, são esperados fenómenos meteorológicos extremos muito piores do que os sofridos até agora, bem como possíveis mudanças inesperadas e irreversíveis.

Apesar deste alerta, a lacuna das emissões continua a ser enorme: os planos aprovados até agora conduzem-nos a um aquecimento global de 2,8 °C em 2100. Esta realidade não deve transformar-se numa declaração de derrota e desesperança, mas num apelo à ação que provoque uma resposta imediata e de grande alcance por parte dos líderes políticos e empresariais, para travar e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e limitar ao mínimo a ultrapassagem do limite, tanto na duração como na temperatura.

Também vimos como as alterações climáticas, agravadas pela intensificação do El Niño, trouxeram este ano temperaturas extremas e fenómenos meteorológicos sem precedentes em todo o mundo. Além disso, a

tragédia humana da **guerra dos Estados Unidos e de Israel no Irão** provocou também uma grave crise energética mundial. A dependência dos combustíveis fósseis desencadeou um aumento da inflação - a chamada inflação fóssil ou *fossilflation* , impondo faturas mais elevadas às pessoas e maior despesa aos governos a nível global, à medida que disparavam os preços da energia e das matérias-primas. De facto, sem a crise dos preços do petróleo provocada por este conflito, a inflação da zona euro em agosto teria sido de 2,2%, em vez de 3,2%.

Em contrapartida, a guerra foi uma mina de ouro para os gigantes dos combustíveis fósseis: só a BP, a Shell, a TotalEnergies, a ExxonMobil, a Chevron, a Eni e a Equinor acumularam cerca de 150 mil milhões de dólares em lucros nos primeiros nove meses de 2026. A Repsol obteve lucros de 5 mil milhões de euros no mesmo período, quadruplicando os resultados do ano anterior e ultrapassando os de 2022, que tinham sido especialmente elevados devido à crise desencadeada pelo início da guerra na Ucrânia. A empresa planeia distribuir 3 mil milhões de euros pelos seus acionistas.

Os interesses ligados aos combustíveis fósseis estão a assumir uma agressividade crescente, chegando mesmo a afetar o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, que continua a enfrentar um bloqueio sem precedentes no calendário do seu Sétimo Relatório de Avaliação (AR7). Isto aumenta o risco de este relatório fundamental não estar concluído a tempo do próximo Balanço Global da ação climática, cujo processo termina em 2028. Os governos deveriam competir para demonstrar quem desenvolve uma ação climática mais firme, em vez de criarem obstáculos. É fundamental que tenham à sua disposição os relatórios do AR7 para medir o progresso climático coletivo e acelerar as medidas necessárias.

O caminho de regresso a 1,5 °C não é apenas necessário, é possível. Mas exige ação concertada, e a cooperação global é indispensável. Uma ordem mundial baseada em regras ajuda-nos a trabalhar em conjunto para enfrentar a pior policrise global: alterações climáticas, perda de biodiversidade e desigualdade. Agir significa, acima de tudo, **acelerar uma transição justa** para o **abandono dos combustíveis fósseis**, principal motor da crise climática, bem como pôr **fim à desflorestação** e à degradação das florestas até 2030. Para alcançar ambos os objetivos, é indispensável aumentar o financiamento público dos países do Norte Global aos países do Sul Global para a ação climática e a proteção da natureza, financiado em grande parte através de impostos progressivos sobre quem mais polui e da reconversão dos subsídios prejudiciais aos combustíveis fósseis.

Prioridades da Greenpeace para a COP31

As principais prioridades da Greenpeace para a COP31 são: avançar numa transição justa para o abandono dos combustíveis fósseis, pôr fim à desflorestação e resolver o défice de financiamento climático destinado aos países do Sul Global. Mais concretamente, a Greenpeace pede:

- **Que os Estados reafirmem e acelerem as medidas para cumprir os objetivos energéticos do Balanço Global (*Global Stocktake*):** triplicar as energias renováveis e duplicar a eficiência energética até 2030, bem como acelerar uma transição justa, ordenada e equitativa que nos afaste dos combustíveis fósseis nesta década decisiva.
- **Que os países estabeleçam um quadro de responsabilização para atingir as metas de biodiversidade e florestas para 2030**, com mecanismos aplicáveis de acompanhamento, transparência, responsabilidade e medição, bem como métricas e normas comuns que protejam os ecossistemas florestais de elevado valor ecológico da desflorestação e da degradação.
- **Um aumento do financiamento para responder ao grave défice de financiamento climático dos países do Norte Global aos países do Sul Global**, afetados de forma desproporcionada, incluindo a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis e a introdução de impostos progressivos sobre quem mais polui.

A Greenpeace pede também que o resultado da COP31 inclua **uma meta global de eletrificação de 35% até 2035 (35x35),** baseada em energias renováveis e integrada na transição para abandonar os combustíveis fósseis. Esta meta deve ser apoiada por financiamento, tecnologia e capacitação, e adaptada às necessidades setoriais e de infraestruturas dos países do Sul Global.

Os governos devem igualmente apresentar planos para abandonar os combustíveis fósseis. Com base na histórica conferência de Santa Marta, realizada em abril de 2026, a COP31 deve constituir um marco decisivo para que os governos apresentem roteiros nacionais, com os países do Norte Global na linha da frente. Além disso, a COP31 deve garantir que a ação climática e a próxima ronda de Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC) se baseiam na melhor ciência disponível e no conhecimento indígena sobre a conservação dos ecossistemas, para manter o limite de 1,5 °C ao nosso alcance.

No que respeita ao financiamento climático, a Greenpeace pede aos governos dos países do Norte Global que anunciem compromissos financeiros plurianuais ambiciosos para o período posterior a 2025, refletindo a

parte justa que cabe a cada país na contribuição para os 300 mil milhões de dólares do Novo Objetivo Coletivo Quantificado, acordado na COP29 em Baku, incluindo impostos progressivos sobre quem mais polui.

Qual deve ser o papel de Portugal nesta COP?

Portugal não pode limitar-se a ser um espectador diplomático quando o limite de 1,5 °C está sob ameaça iminente e a dependência do petróleo e do gás continua a expor as famílias à inflação, à instabilidade geopolítica e à insegurança energética. Na COP31, **o país deve assumir uma liderança climática coerente com a sua capacidade renovável e transformar posições políticas em compromissos concretos, com prazos, financiamento e mecanismos de acompanhamento.**

Portugal esteve representado na conferência de Santa Marta pela Agência para o Clima, mas não ao nível ministerial. Em Antália, o Governo deve dar um passo político claro: aderir formalmente ao processo ***Transition Away from Fossil Fuels*** **(TAFF)**, apoiar a sua consolidação internacional e apresentar um roteiro nacional de abandono do carvão, do petróleo e do gás com metas setoriais e datas vinculativas.

A posição portuguesa deve assentar em dois pilares inseparáveis: a **redução rápida da dependência dos combustíveis fósseis no plano nacional e a justiça financeira no plano internacional**. Isso implica apoiar a meta mundial de eletrificação renovável de **35% até 2035**, defender o reforço do financiamento climático público para os países mais vulneráveis e aplicar o princípio de que quem polui paga. Importante também é defender um tratado internacional vinculativo com limites à produção primária de polímeros plásticos, reconhecendo que travar a expansão do plástico é indispensável para o corte com a dependência fóssil

Portugal dispõe de condições científicas, tecnológicas e territoriais para demonstrar que uma transição justa para um sistema suficiente, eficiente e 100% renovável é viável, urgente e benéfica para a economia e para as pessoas. Num país exposto a incêndios extremos, ondas de calor, secas e erosão costeira, a credibilidade internacional começa pela execução interna. O relatório *Energia para viver melhor*, elaborado para a Greenpeace Espanha e Portugal pelo Institute for Sustainable Futures da Universidade Tecnológica de Sydney, demonstra que Portugal pode alcançar um sistema energético 100% renovável e emissões líquidas nulas em 2040.

A contribuição portuguesa para a COP31 deve ainda combinar **ambição interna e solidariedade internacional**. Portugal ganha credibilidade ao demonstrar que consegue abandonar os combustíveis fósseis

com benefícios sociais e económicos e ao defender que os países e empresas com maior responsabilidade histórica financiem a adaptação, a mitigação e as perdas e danos nos territórios mais vulneráveis.

Contactos:

- Catarina Canelas, ccanelas@greenpeace.org; Coordenadora de Comunicação da Greenpeace Portugal +351 913 913 323
- Aaron Gray-Block,aaron.gray-block@greenpeace.org; Comunicação da Greenpeace Internacional, +61 437 845 150 pressdesk.int@greenpeace.org